



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA
Estado do Espírito Santo

EDITAL

PREÂMBULO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 046/2019

Processo nº 004510/2019 de 08 de outubro de 2019

Origem: Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMAS

O **MUNICÍPIO DE ITARANA**, Estado do Espírito Santo, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº. 27.104.363/0001-23, através do Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio designados pela portaria nº. 1434/2019, publicada em 28/05/2019, torna público aos interessados que realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **PRESENCIAL**, sob o critério de **MENOR PREÇO UNITÁRIO POR LOTE**, nos termos da Lei nº 10.520/2002, subsidiariamente a Lei nº 8.666/1993, da Lei Complementar nº 123/2006, do Decreto Municipal nº 1000/2018, bem como pelas demais normas pertinentes e condições estabelecidas no presente Edital.

Os envelopes "**PROPOSTA DE PREÇO**" e "**DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**" deverão ser entregues, preferencialmente, até as **13h15min do dia 07 de janeiro de 2020**, no Protocolo da Prefeitura Municipal de Itarana/ES, localizado à Rua Elias Estevão Colnago, nº. 65 - térreo, Centro, Itarana/ES, CEP: 29.620-000, em envelopes distintos, preferencialmente opacos, lacrados e indevassáveis.

Credenciamento e início de abertura dos envelopes dar-se-á a partir das **13h30min do dia 07 de janeiro de 2020**, na sala de reuniões, localizada no primeiro andar da sede da Prefeitura Municipal de Itarana/ES, sito à Rua Elias Estevão Colnago, nº. 65, Centro, Itarana/ES, CEP: 29.620-000.

I - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 - Processo licitatório destinado exclusivamente à participação de Pessoas Físicas, Microempreendedor Individual - MEI, Microempresas - ME, Empresas de Pequeno Porte - EPP e Empresas Equiparadas por Lei específica, que tenham auferido receita bruta anual até o limite de que trata o inciso II do caput do art. 3º, da Lei Complementar nº 123/2006.

1.2 - Os documentos exigidos nesta licitação poderão ser apresentados: a) em original; b) por qualquer processo de cópias autenticadas, por cartório competente, pelo pregoeiro ou por membro da equipe de apoio desta Municipalidade; c) publicação em órgão da imprensa oficial.

1.3 - Se a licitação não puder ser processada e concluída em uma única sessão, em face de dúvidas surgidas que não possam ser resolvidas de imediato, ou de diligências que devam ser efetuadas, os motivos deverão ser registrados em ata e o prosseguimento da licitação efetivar-se-á em reunião a ser convocada posteriormente.

II - OBJETO

2.1 - O objeto da presente licitação é a Contratação de Pessoa Física ou Jurídica para a Prestação de Serviços de Oficinas de Capoeira e Percussão/Música, para atendimento à Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme especificações e quantidades estabelecidas no anexo I deste Edital.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA

Estado do Espírito Santo

III - DIVULGAÇÃO, ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

3.1 - As empresas que tiverem interesse em participar do certame deverão retirar o edital no [site www.itarana.es.gov.br](http://www.itarana.es.gov.br), ficando obrigadas a acompanhar as publicações referentes à convocação deste certame no Diário Oficial do Estado e no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Espírito Santo, e as demais publicações exclusivamente no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Espírito Santo, tendo em vista a possibilidade de alterações e avisos sobre o procedimento.

3.2 - **Os pedidos de esclarecimentos sobre o procedimento de licitação devem ser enviados ao Pregoeiro** até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, através do endereço eletrônico licitacao@itarana.es.gov.br ou pelos telefones (27) 3720-4916 ou 3720-4900. Os esclarecimentos serão respondidos até o dia anterior marcado para a realização da sessão pública.

3.3 - **Os esclarecimentos relativos ao objeto licitado devem ser encaminhados ao Pregoeiro**, através do endereço eletrônico licitacao@itarana.es.gov.br, ou pelos telefones (27) 3720-4916 ou 3720-4900 até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública. O pregoeiro encaminhará a dúvida relativa ao objeto a requerente, que deverá responder a licitante até o dia anterior marcado para a realização da sessão pública.

3.4 - O EDITAL PODERÁ SER IMPUGNADO:

a) Por qualquer pessoa em até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública;

b) Por qualquer licitante em até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública.

3.4.1 - Na forma do art. 41 da Lei Federal nº. 8.666/93, a impugnação ao Edital deve ser protocolada na sede da Prefeitura Municipal de Itarana/ES, sito à Rua Elias Estevão Colnago, nº. 65 - Térreo, Centro, Itarana/ES, CEP: 29.620-000, **devidamente assinada por representante legal, devendo ser aberto processo administrativo específico, encaminhado ao Pregoeiro**, indicando o número do Pregão e do Processo Administrativo, assim como o telefone e o e-mail do impugnante. **No mesmo momento deverá ser juntado documento que comprove a aptidão do signatário para a representação da empresa licitante.**

3.4.2 - O Pregoeiro decidirá sobre a impugnação, informando ao interessado sobre a sua decisão.

3.4.3 - No caso de acolhimento da impugnação, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

IV - CONDIÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO

4.1 - Somente poderão participar do certame, nos termos do artigo 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, e suas posteriores alterações, as Microempresas - ME, Empresas de Pequeno Porte - EPP, Microempreendedor Individual - MEI, e Empresas Equiparadas por Lei específica, PESSOAS FÍSICAS, que tenham auferido receita bruta anual até o limite de que trata o inciso II do caput do art. 3º, da Lei Complementar nº 123/2006, bem como as Pessoas Físicas, cujo o ramo de atividade seja pertinente ao objeto licitado, e que atenderem a todas as exigências deste edital.

4.2 - Sendo o ramo de atividade da licitante de grande proximidade e de características semelhantes ao objeto ora licitado, a empresa não será impedida de participar do certame apenas porque sua atividade não seja exatamente igual à atividade licitada, assim, podendo ofertar proposta e aumentando a competitividade para alcançar o melhor resultado.

4.3 - As empresas que possuírem atividade de grande proximidade e de características semelhantes ao objeto ora licitado, caso seja declarada vencedora, deverá apresentar no momento da contratação, os seguintes documentos:



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA
Estado do Espírito Santo

- a) Alvará de Funcionamento da Licitante, expedido pelo órgão competente, onde conste a autorização para funcionamento da atividade e compatível com o objeto do certame;
- b) Apresentação de no mínimo 02 (dois) atestados de capacidade técnica em nome da empresa licitante, fornecidos por empresa, órgãos ou entidades da Administração Pública, que comprovem a aptidão para o fornecimento compatível com as características do objeto, com apresentação das respectivas notas fiscais.

4.4 - A não apresentação das documentações exigidas nas alíneas "a" e "b", do item 4.3 deste edital, implicará decadência do direito à contratação, além de ser inabilitada, a proponente poderá ser punida com o impedimento de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até cinco anos, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes para celebrar a contratação, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

4.5 - NÃO SERÁ ADMITIDA A PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS:

- a) declaradas inidôneas por ato da Administração Pública;
- b) que estejam cumprindo pena de suspensão do direito de licitar e de contratar com a Prefeitura do Município de Itarana/ES;
- c) em consórcio ou grupo de empresas, bem como a delegação ou subcontratação dos objetos ora licitados;
- d) possuam sócio, administrador, gerente ou funcionário que seja servidor ou dirigente da Prefeitura Municipal de Itarana/ES.
- e) estrangeiras que não funcionem no País;
- f) quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666/93.
- g) que não sejam enquadradas como Pessoa Física, Microempresas - ME, Empresas de Pequeno Porte - EPP, Microempreendedor Individual - MEI e Empresas Equiparadas por Lei específica.

4.6 - A participação no certame implica na aceitação de todas as condições estabelecidas neste instrumento convocatório.

V - DO CREDENCIAMENTO, DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E DECLARAÇÃO QUE É BENEFICIÁRIA DA LEI COMPLEMENTAR N.º 123/2006

5.1 - Na data, hora e local designados no preâmbulo deste instrumento convocatório, será aberta a sessão de processamento do Pregão, iniciando-se com o credenciamento dos interessados e procedendo ao recolhimento da declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, bem como da Declaração firmada por seu representante legal, sob as penas da Lei, de que é beneficiária da Lei Complementar n.º 123/2006.

***** PESSOAS JURÍDICAS *****

5.2 - PARA O CREDENCIAMENTO DEVERÃO SER APRESENTADOS OS SEGUINTE DOCUMENTOS:

a) representante legal: o qual deverá estar munido de: documento oficial de identificação que contenha foto, cópia do estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na junta comercial, no qual estejam expressos seus poderes para exercerem direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

a.1) No caso de Microempreendedor Individual: o qual deverá estar munido do Certificado da condição de Microempreendedor Individual emitido nos últimos 30 (trinta) dias;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA
Estado do Espírito Santo

b) procurador: o qual deverá estar munido de: documento oficial de identificação que contenha foto, cópia do estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na junta comercial e procuração por instrumento público ou particular com reconhecimento de firma do outorgante, da qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhado do correspondente documento, dentre os indicados na alínea "a", que comprove os poderes do mandante para a outorga;

c) por terceiros: o representante legal da licitante poderá ser substituído por terceiro, o qual deverá estar munido de: documento oficial de identificação que contenha foto, carta de credenciamento **(MODELO DE CREDENCIAMENTO, ANEXO II) RECONHECIDA FIRMA EM CARTÓRIO**, bem como cópia do estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na junta comercial, como condição indispensável para sua participação.

5.3 - DECLARAÇÃO DANDO CIÊNCIA DE QUE CUMPREM PLENAMENTE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, CONFORME O TEOR DO ARTIGO 4º, INCISO VII DA LEI Nº 10.520/2002; (MODELO - ANEXO III);

5.4 - DECLARAÇÃO FIRMADA POR SEU REPRESENTANTE LEGAL, SOB AS PENAS DA LEI, DE QUE É BENEFICIÁRIA DA LEI COMPLEMENTAR N.º 123/2006; (MODELO - ANEXO VI).

***** PESSOAS FÍSICAS *****

5.5 - No caso de Pessoa Física: o qual deverá estar munido de documento oficial de identificação que contenha foto; e

5.5.1 - Declaração de Rendimentos; (modelo - anexo VII)

5.6 - Na hipótese da licitante não apresentar no momento do credenciamento, as declarações dos itens 5.3 e 5.4 deste edital, o Pregoeiro disponibilizará a estes um modelo de declaração que poderá ser preenchido e assinado pelo representante credenciado, bem como poderá promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a solicitação do credenciado aos benefícios previstos na Lei Complementar Nº 123/2006, quanto ao seu enquadramento, ou, ainda, poderá solicitar os direitos previstos verbalmente e, caso vencedor, deverá enviar comprovação da condição de microempresa, ou empresa de pequeno porte ou equiparada à época da contratação, nos termos do subitem 12.2 deste edital.

5.7 - É facultado ao licitante o direito de não estar presente na sessão pública de licitação, preferencialmente enviando as declarações dos itens 5.3 e 5.4 deste edital, em envelope separado da Proposta de Preços e dos Documentos de Habilitação;

5.8 - Não será considerada para qualquer efeito a data em que tenham sido postados os envelopes ou a entrega em local diferente do endereço indicado no preâmbulo deste edital.

5.9 - Cada licitante credenciará apenas um representante que será o único admitido a intervir nas fases do procedimento do certame e a responder, por todos os atos e efeitos previstos neste edital, por sua representada.

5.10 - As substituições somente serão permitidas até o final da etapa de credenciamento.

5.11 - A empresa licitante que não apresentar os documentos referentes ao credenciamento não será considerada inabilitada, porém, declinará do direito de ofertar lances, interpor recursos ou qualquer outro ato inerente ao pregão.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA
Estado do Espírito Santo

5.12 - Quando o representante da licitante não estiver presente à sessão e que essa empresa só encaminhe os dois envelopes, proposta e habilitação, o pregoeiro efetuará a abertura dos envelopes dessa empresa, sem que se verifique, antes, a declaração de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação;

5.13 - Caso seja aberto o envelope de habilitação de uma licitante e seja constatado que ela não atende a alguma exigência do edital, além de ser inabilitada, a proponente pode ser punida com o impedimento de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até cinco anos;

5.14 - Somente será alijado da licitação pública aqueles que não comprovarem as condições para cumprirem as obrigações futuras, que tenha proposta desclassificada e que não cumpra plenamente os requisitos de habilitação, exigidos no item VIII, deste edital.

VI - DO RECEBIMENTO E APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

6.1 - No horário e local indicados no preâmbulo deste instrumento convocatório, será aberta a sessão de processamento do Pregão, iniciando-se com o credenciamento dos interessados em participar do certame, com duração mínima de 15 (quinze) minutos.

6.2 - No mesmo momento do credenciamento, serão recebidas as declarações dos itens 5.3 e 5.4 deste edital, separado dos envelopes proposta de preços e dos documentos de habilitação.

6.3 - Iniciada a abertura do primeiro envelope proposta, estará encerrado o credenciamento, não mais serão recebidos envelopes e, por consequência, não serão admitidos novos participantes no certame.

6.4 - Os envelopes de "**PROPOSTA DE PREÇO**" e "**DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**" deverão ser encaminhados ao Pregoeiro e Equipe de Apoio, passando, preferencialmente, pelo protocolo desta Prefeitura, no horário e local indicados no preâmbulo deste instrumento convocatório, contendo em sua parte externa os seguintes dizeres:

ENVELOPE Nº. 001 - PROPOSTA DE PREÇOS

À PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA - ES
PREGOEIRO OFICIAL

Razão Social Completa do Licitante:

CNPJ/CPF:

Ref.: PREGÃO PRESENCIAL Nº. ____ /20__.

ENVELOPE Nº. 002 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

À PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA - ES
PREGOEIRO OFICIAL

Razão Social Completa do Licitante:

CNPJ/CPF:

Ref.: PREGÃO PRESENCIAL Nº. ____ /20__.

ENVELOPE Nº. 003 - CREDENCIAMENTO

À PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA - ES
PREGOEIRO OFICIAL

Razão Social Completa do Licitante:

CNPJ/CPF:

Ref.: PREGÃO PRESENCIAL Nº. ____ /20__.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA
Estado do Espírito Santo

6.5 - No Envelope **Nº. 001 "PROPOSTA DE PREÇOS"** deverá conter informações e documentos exigidos no **item VII** deste Edital.

6.6 - No Envelope **Nº. 002 "DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO"** deverão conter informações e documentos exigidos no **item VIII** deste Edital.

6.7- No Envelope **Nº. 003 "CREDENCIAMENTO"** informações e documentos do **item V** deste Edital, para as licitantes que não estiverem presentes na sessão pública de licitação.

6.8 - Ressalta-se que, a partir do momento em que o Pregoeiro proceder com a abertura do primeiro envelope proposta, não mais serão aceitos novos licitantes.

VII - ENVELOPE Nº. 001 "PROPOSTA DE PREÇO"

7.1 - A proposta de preço deverá atender aos seguintes requisitos:

a) ser datilografada ou digitada, preferencialmente em papel timbrado da empresa, sem emendas, rasuras e entrelinhas, com todos os valores propostos expressos, com duas casas decimais, obrigatoriamente em real, contendo data, assinatura do representante legal e rubrica em todas as folhas;

b) Empresa: deve informar a razão social, número do CNPJ, endereço completo da empresa licitante, telefone e e-mail;

b.1) Pessoa Física: deve, preferencialmente, informar o Nome Completo do Profissional, número do CPF, endereço completo, telefone e e-mail;

c) devem estar incluídos nos preços propostos todas as despesas e custos, como transporte, tributos de qualquer natureza e todas as despesas diretas ou indiretas relacionadas com o objeto da licitação;

d) deve informar a validade da proposta, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação na sessão pública observada o disposto no § 3º, art. 64, da Lei 8.666/93.

e) deve conter o valor unitário e total da proposta (**não excedendo a média de preços do - ANEXO X**).

7.2 - Ocorrendo diferença entre os preços unitário e total, prevalecerão sempre os primeiros, devendo o Pregoeiro proceder às correções necessárias. No caso de divergência entre os valores em algarismos e por extenso, prevalecerão os últimos.

7.3 - Cada licitante somente poderá apresentar uma proposta de preço. Caso a licitante apresente mais de uma proposta, o Pregoeiro considerará àquela mais vantajosa para a Administração Pública.

7.4 - O preço ofertado na proposta ou em cada lance será de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não podendo ser alterado após a sua manifestação, com exceção da negociação constante no art. 4º, XVII da Lei nº. 10.520/2002.

7.5 - A simples apresentação da proposta de preço implica na aceitação integral de todas as condições estabelecidas neste edital, obrigando-se a licitante ao cumprimento de todas as exigências nele contidas.

7.6 - A proposta de preço deverá descrever o objeto ofertado, trazendo no mínimo as especificações e condições contidas no anexo I deste edital, evitando sinônimos técnicos, omissões referentes à especificação do objeto.

7.7 - Em nenhuma hipótese o conteúdo da proposta poderá ser alterado, seja com relação ao preço, pagamento, prazo ou qualquer condição que importe a modificação dos seus termos originais, ressalvado apenas aquelas destinadas a sanar evidentes erros materiais, ou falhas formais, alterações essas que serão analisadas pelo **Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio**.

7.8 - Serão corrigidos automaticamente pelo **Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio** quaisquer



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA
Estado do Espírito Santo

erros aritméticos e o preço global da proposta, se faltar.

7.9 - A falta de data e/ou rubrica da proposta poderá ser suprida pelo representante legal do **licitante** com poderes para esse fim e presente à reunião de abertura dos envelopes **Proposta de Preço**.

7.10 - A falta do CNPJ e/ou endereço completo, poderá, também, ser preenchida suprida pelo representante legal do **licitante** com poderes para esse fim e presente à reunião de abertura dos envelopes **Proposta de Preços**.

7.11 - As propostas deverão apresentar preços correntes no mercado, conforme previsto no art. 43, inciso IV, da Lei 8.666/93.

7.12 - SERÃO DESCLASSIFICADAS AS PROPOSTAS QUE:

- a) não atenderem as disposições contidas neste edital;
- b) apresentarem quaisquer vantagens não previstas neste Instrumento Convocatório;
- c) apresentarem vantagens baseadas nas ofertas dos demais licitantes;
- d) apresentarem preços incompatíveis com os praticados no mercado;

VIII - ENVELOPE Nº. 002 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

8.1 - A licitante **PESSOA JURÍDICA**, deverá apresentar no **ENVELOPE Nº. 002 "DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO"**, os documentos relacionados nos **subitens 8.1.1 a 8.1.5:**

8.1.1 - DA HABILITAÇÃO JURÍDICA - Art. 28 da Lei nº 8.666/93

- a)** No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b)** No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede;
- c)** No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede;
- d)** No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;
- e)** No caso de Microempreendedor Individual: Certificado da condição de Microempreendedor Individual emitido nos últimos 30 (trinta) dias:

<http://www.portaldoempreendedor.gov.br/temas/ja-sou/servicos/emitir-certificado-cnpj-cmei/certificado-cnpj>

8.1.1.1 - Os documentos acima descritos, deverão estar acompanhados de todas as alterações **ou** apenas da consolidação respectiva **ou**, ainda, no caso de eireli, sua transformação, onde conste o objeto social da empresa, o qual deverá ser compatível com o objeto da licitação, devidamente registrados nos Órgãos competentes.

8.1.1.2 - Caso os documentos referentes à Habilitação Jurídica tenham sido juntados no momento do credenciamento e, uma vez comprovada às informações mencionadas no subitem 8.1.1, fica o proponente dispensado de fazer nova apresentação destes documentos no envelope nº 002 - documentos de habilitação.

8.1.2 - DAS REGULARIDADES FISCAIS - Art. 29 da Lei nº 8.666/93

- a) Comprovante de inscrição e de situação no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ, devidamente atualizado;
- b) Certificado de Regularidade do FGTS;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA
Estado do Espírito Santo

- c) Prova de regularidade para com para com Receita Federal por meio de Certidão Unificada, nos termos da Portaria MF 358, de 05 de setembro de 2014 (tributos federais, contribuições previdenciárias e dívida ativa da União).
- d) Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Pública Estadual, da sede do licitante;
- e) Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Pública Municipal, da sede do licitante;
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT - Lei nº. 12.440;

8.1.3 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA - Art. 31 da Lei nº 8.666/93

a) **Certidão Negativa de Natureza de Recuperação Judicial e Extrajudicial (Falência ou Concordata), expedida pelo(s) distribuidor (es) da sede da pessoa jurídica** (domicílio da licitante), e quando se tratar de Sociedade Simples apresentar Certidão Negativa dos Distribuidores Cíveis, com data não superior a 60 (sessenta) dias de sua emissão, quando não for expresse sua validade.

a.1) a empresa que se encontra em recuperação judicial deverá apresentar certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar do procedimento licitatório / sentença homologatória do plano de recuperação judicial.

8.1.4 - DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

- a) Declaração do licitante, comprovando o fiel cumprimento das recomendações determinadas pelo art. 7, inciso XXXIII, da Constituição da República (**ANEXO IV**);
- b) Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação (**ANEXO V**);

8.1.5 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.1.5.1 - DO PROFISSIONAL DE CAPOEIRA

a) Apresentação de no mínimo 1 (um) atestado (s) de capacidade técnica em nome da empresa licitante, fornecido (s) por empresa, órgãos ou entidades da Administração Pública, que comprove (m) a aptidão para ministrar oficinas de capoeira (**Instrutor de Capoeira**).

a.1) O (s) atestado (s) deve (m) ser emitido (s) em papel timbrado da empresa contratante, assinado por seu representante legal, discriminando o teor da contratação e os dados da empresa contratada.

a.2) O Município de Itarana/ES poderá promover diligências para averiguar a veracidade das informações constantes nos documentos apresentados, caso julgue necessário, estando sujeita à inabilitação, a licitante que apresentar documentos em desacordo com as informações obtidas pela Equipe de Pregão, além de incorrer nas sanções previstas na Lei nº 8.666/1993.

a.3) Havendo dúvida sobre a veracidade do atestado de capacidade técnica, entendemos admissível a exigência da nota fiscal para a devida salvaguarda, bem como cópia do contrato de serviço e/ou fornecimento que emanou o atestado, visita *in loco*, entre outros.

b) Apresentação em papel timbrado de declaração do MESTRE/associação reconhecida, assinada por seu representante legal.

c) Escolaridade mínima: nível médio completo comprovado mediante apresentação de Histórico escolar ou Certificado de Conclusão de Curso.

d) Apresentação de experiência na área de projetos sociais como facilitador e na prática de Capoeira.

8.1.5.2 - DO PROFISSIONAL DE PERCUSSÃO E MÚSICA



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA
Estado do Espírito Santo

a) Apresentação de no mínimo 1 (um) atestado (s) de capacidade técnica em nome da empresa licitante, fornecido (s) por empresa, órgãos ou entidades da Administração Pública, que comprove (m) a aptidão para ministrar oficinas de percussão e música (**Instrutor de Percussão e Música**).

a.1) O (s) atestado (s) deve (m) ser emitido (s) em papel timbrado da empresa contratante, assinado por seu representante legal, discriminando o teor da contratação e os dados da empresa contratada.

a.2) O Município de Itarana/ES poderá promover diligências para averiguar a veracidade das informações constantes nos documentos apresentados, caso julgue necessário, estando sujeita à inabilitação, a licitante que apresentar documentos em desacordo com as informações obtidas pela Equipe de Pregão, além de incorrer nas sanções previstas na Lei nº 8.666/1993.

a.3) Havendo dúvida sobre a veracidade do atestado de capacidade técnica, entendemos admissível a exigência da nota fiscal para a devida salvaguarda, bem como cópia do contrato de serviço e/ou fornecimento que emanou o atestado, visita *in loco*, entre outros.

b) Escolaridade mínima: nível médio completo comprovado mediante apresentação de Histórico escolar ou Certificado de Conclusão de Curso.

d) Apresentação de documentos que comprovem ter experiência na área de projetos sociais como facilitador e na prática de percussão/música.

8.2 - A licitante PESSOA FÍSICA, deverá apresentar no **ENVELOPE Nº. 002 "DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO", os documentos relacionados nos **subitens 8.2.1 a 8.2.5**:**

8.2.1 - DA HABILITAÇÃO PESSOA FÍSICA:

a) Cédula de Identidade ou outro documento de identidade com foto da licitante (CNH / Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS);

b) Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);

c) Título de Eleitor;

d) Comprovante de ter votado na última eleição;

e) Comprovante de PIS ou PASEP ou NIT ou NIS.

f) Comprovante de Residência atual.

f.1) Caso não possua comprovante de residência em seu nome, deverá ser apresentado junto do comprovante de residência, declaração de residência - **modelo anexo VIII**, deste edital.

Parágrafo primeiro - Caso os documentos referentes à Habilitação Física tenham sido juntados no momento do credenciamento e, uma vez comprovada às informações mencionadas no subitem 8.2.1 (alíneas "a" e "b"), fica o proponente dispensado de fazer nova apresentação destes documentos (envelope nº 002 - documentos de habilitação).

8.2.2 - DAS REGULARIDADES

a) Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Pública Estadual, da sede do licitante;

b) Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Pública Municipal, da sede do licitante;

c) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União;

d) Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa física, expedida nos últimos 60(sessenta) dias na Sede da Licitante, ou emitida via internet, através do site oficial do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo: <http://www.tjes.jus.br> - Opção de Serviços - Certidão Negativa - Solicitar emissão de



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA
Estado do Espírito Santo

Certidão

Negativa

-

<https://sistemas.tjes.jus.br/certidaonegativa/sistemas/certidao/CERTIDAOPESQUISA.cfm>;

e) Atestado de Antecedentes criminais fornecido pelo Departamento de Identificação - DEI - da Polícia Civil: <http://www.pc.es.gov.br> - Opção de Serviços ao Cidadão - Atestado de Antecedentes: <http://www.pc.es.gov.br/policia-civil>.

f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT - Lei nº. 12.440;

8.2.3 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.2.3.1 - DO PROFISSIONAL DE CAPOEIRA

a) Apresentação de no mínimo 1 (um) atestado (s) de capacidade técnica em nome da empresa licitante, fornecido (s) por empresa, órgãos ou entidades da Administração Pública, que comprove (m) a aptidão para ministrar oficinas de capoeira (**Instrutor de Capoeira**).

a.1) O (s) atestado (s) deve (m) ser emitido (s) em papel timbrado da empresa contratante, assinado por seu representante legal, discriminando o teor da contratação e os dados da empresa contratada.

a.2) O Município de Itarana/ES poderá promover diligências para averiguar a veracidade das informações constantes nos documentos apresentados, caso julgue necessário, estando sujeita à inabilitação, a licitante que apresentar documentos em desacordo com as informações obtidas pela Equipe de Pregão, além de incorrer nas sanções previstas na Lei nº 8.666/1993.

a.3) Havendo dúvida sobre a veracidade do atestado de capacidade técnica, entendemos admissível a exigência da nota fiscal para a devida salvaguarda, bem como cópia do contrato de serviço e/ou fornecimento que emanou o atestado, visita *in loco*, entre outros.

b) Apresentação em papel timbrado de declaração do MESTRE/associação reconhecida, assinada por seu representante legal.

c) Escolaridade mínima: nível médio completo comprovado mediante apresentação de Histórico escolar ou Certificado de Conclusão de Curso.

d) Apresentação de experiência na área de projetos sociais como facilitador e na prática de Capoeira.

8.2.3.1 - DO PROFISSIONAL DE PERCUSSÃO E MÚSICA

a) Apresentação de no mínimo 1 (um) atestado (s) de capacidade técnica em nome da empresa licitante, fornecido (s) por empresa, órgãos ou entidades da Administração Pública, que comprove (m) a aptidão para ministrar oficinas de percussão e música (**Instrutor de Percussão e Música**).

a.1) O (s) atestado (s) deve (m) ser emitido (s) em papel timbrado da empresa contratante, assinado por seu representante legal, discriminando o teor da contratação e os dados da empresa contratada.

a.2) O Município de Itarana/ES poderá promover diligências para averiguar a veracidade das informações constantes nos documentos apresentados, caso julgue necessário, estando sujeita à inabilitação, a licitante que apresentar documentos em desacordo com as informações obtidas pela Equipe de Pregão, além de incorrer nas sanções previstas na Lei nº 8.666/1993.

a.3) Havendo dúvida sobre a veracidade do atestado de capacidade técnica, entendemos admissível a exigência da nota fiscal para a devida salvaguarda, bem como cópia do contrato de serviço e/ou fornecimento que emanou o atestado, visita *in loco*, entre outros.

b) Escolaridade mínima: nível médio completo comprovado mediante apresentação de Histórico escolar ou Certificado de Conclusão de Curso.

d) Apresentação de documentos que comprovem ter experiência na área de projetos sociais



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA
Estado do Espírito Santo

como facilitador e na prática de percussão/música.

8.2.4 - DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

a) Declaração do licitante, comprovando o fiel cumprimento das recomendações determinadas pelo art. 7, inciso XXXIII, da Constituição da República (**ANEXO IV**);

b) Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação na forma do parágrafo 2º do artigo 32 da Lei 8.666/93, e outras declarações (**ANEXO V**).

8.3 - As pessoas físicas, microempresas, empresas de pequeno, microempreendedor individual e/ou equiparadas por lei, deverão apresentar os documentos relativos à regularidade fiscal, mesmo que apresentem alguma restrição.

8.3.1 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal exigida neste edital, será assegurado à pessoa física, microempresa, empresa de pequeno, microempreendedor individual e/ou equiparadas deste certame, **o prazo de 5 (cinco) dias úteis**, contados do momento em que for (em) declarada(s) vencedora(s), prorrogáveis por igual período, a critério da Administração da Prefeitura Municipal de Itarana/ES, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

8.3.2 - A não regularização da documentação no prazo previsto no item 8.4.1 implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes para celebrar a contratação, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

8.4 - O Pregoeiro ou qualquer membro da equipe de apoio, poderá verificar na fase de habilitação os documentos emitidos por meio eletrônico (internet), para verificação de sua autenticidade e validade no site correspondente.

8.5 - Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para fins de habilitação deverão conter o nome da licitante e, preferencialmente, com número do CNPJ e endereço respectivo, observando-se que:

- a) se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;
 - b) se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;
 - c) se a licitante for matriz, e a executora do contrato for filial, a documentação deverá ser apresentada com CNPJ da matriz e da filial, simultaneamente;
 - d) serão dispensados da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz
- d.1) Figuram como exceções as certidões cuja abrangência atinge tanto a empresa matriz quanto as filiais (INSS e PGFN/RFB).

8.6 - Serão aceitas certidões de regularidade fiscal positivas com efeitos de negativa.

8.7 - Os documentos que não possuírem prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor deverão ser datados dos últimos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data de abertura do Pregão.

8.8 - A COMPROVAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE, MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL OU EMPRESA EQUIPARADA POR LEI, DEVERÁ SER APRESENTADA À ÉPOCA DA CONTRATAÇÃO, E DEVERÁ SER FEITA NOS TERMOS DO ITEM 12.2, DESTA EDITAL.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA
Estado do Espírito Santo

IX - PROCEDIMENTOS DA SESSÃO E JULGAMENTO

9.1 - Após a abertura do primeiro envelope de proposta na sessão pública pelo Pregoeiro, não serão admitidos novos licitantes.

9.2 - Após aberta a sessão, os interessados deverão apresentar os documentos exigidos para credenciamento, os documentos comprovando a condição de microempresas, empresas de pequeno porte, Microempreendedor Individual e/ou equiparada, bem como a declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação.

9.3 - O Pregoeiro procederá à abertura do Envelope nº. 001 "PROPOSTA DE PREÇO", julgando-as e classificando-as pelo **MENOR PREÇO UNITÁRIO POR LOTE**, considerando para tanto as disposições da Lei nº. 10.520/02, principalmente as previstas no art. 4º, VIII, IX e X.

9.4 - Serão desclassificadas as propostas elaboradas em desacordo com os termos deste edital ou imponham condições que se opuserem as quaisquer dispositivos legais vigentes ou que consignarem preços excessivos ou manifestamente inexeqüíveis.

9.5 - Para efeito de classificação das propostas, em cumprimento ao Inciso VIII, do Art. 4º, da Lei 10.520/02, **no curso da sessão, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer novos lances verbais e sucessivos**, até a proclamação do vencedor.

9.5.1 - Para efeito de classificação das propostas, em cumprimento ao Inciso IX, do Art. 4º, da Lei 10.520/02, **não havendo pelo menos 3 (três) ofertas** nas condições definidas no inciso anterior, poderão **os autores das melhores propostas, até o máximo de 3 (três), oferecer novos lances verbais e sucessivos**, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

9.6 - Uma vez classificadas as propostas o Pregoeiro convidará individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor.

9.6.1 - Em caso de empate, adotar-se-á o sistema de sorteio para se definir a classificação inicial das propostas idênticas.

9.7 - Os valores dos lances deverão ser decrescentes e distintos.

9.8 - A desistência em apresentar lance verbal, quando convidado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.

9.9 - O Pregoeiro durante a sessão poderá estipular normas, procedimentos, prazos e demais condições que julgar necessárias a fim de por ordem ao certame.

9.10 - Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às sanções previstas em lei e neste edital. Dos lances ofertados não caberá retratação.

9.11 - Não havendo mais interesse das licitantes em apresentar lance verbal, será encerrada a etapa competitiva e ordenadas às ofertas, exclusivamente pelo critério de **MENOR PREÇO UNITÁRIO POR LOTE;**

9.12 - Por se tratar de licitação exclusiva para, Pessoa Física, Microempresas, Empresas de Pequeno Porte, Microempreendedor Individual e/ou Empresas Equiparadas por Lei, não se aplicam as regras relativas ao empate ficto, decidindo-se, por sorteio.

9.13 - Em seguida o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da(s) primeira(s) classificada(s), quanto ao valor, decidindo motivadamente a respeito.

9.14 - Sendo aceitável a proposta será aberto o Envelope nº. 002 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO e verificado o atendimento as exigências de habilitação previstas neste edital.

9.15 - Constatado o atendimento às exigências fixadas neste Edital, nos itens V, VII e VIII, a



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA
Estado do Espírito Santo

licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame, caso não ocorra à manifestação de recurso.

9.16 - O proponente é responsável pelas informações e documentações apresentadas, sendo motivo de desclassificação ou inabilitação a prestação de quaisquer dados ou documentos falsos. A desclassificação ou inabilitação poderá ocorrer em qualquer fase, se porventura o Pregoeiro vier a tomar conhecimento de fatos que contrariem as disposições contidas neste edital ou que desabonem a idoneidade do proponente.

9.17 - O Pregoeiro ou a autoridade competente superior poderá solicitar esclarecimentos e promover diligências, em qualquer momento e sempre que julgar necessário, fixando prazo para atendimento, destinados a elucidar ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente em qualquer dos envelopes.

9.18 - Quando todos os licitantes forem inabilitados, ou todas as propostas forem desclassificadas, a Administração poderá fixar aos licitantes o prazo de 08 (oito) dias úteis para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas escoimadas das causas da inabilitação/desclassificação, conforme Art. 48, parágrafo terceiro da Lei 8.666/93.

9.19 - Ao final da Sessão Pública o Pregoeiro franqueará a palavra aos licitantes que desejarem manifestar intenção de recorrer dos atos até ali praticados, lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, deverá ser assinada pelo Pregoeiro, membros da equipe de apoio e representantes credenciados.

X - DOS RECURSOS

10.1 - Declarada a licitante vencedora, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para em 03 (três) dias apresentarem contrarrazões, que começarão a correr do término do prazo concedido a recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

10.2 - A falta de manifestação imediata e motivada da empresa licitante importará na decadência do direito de recurso.

10.3 - Os recursos e as contrarrazões deverão ser impressos, contendo a razão social, o CNPJ, o endereço, o telefone e o e-mail da empresa licitante, estar rubricado em todas as folhas e assinado pelo representante legal ou credenciado.

10.4 - Os recursos e as contrarrazões devem ser dirigidos ao Pregoeiro e protocolados na sede da Prefeitura Municipal de Itarana-ES.

10.5 - Não serão conhecidos os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela empresa licitante.

10.6 - As intenções recursais relativas a recursos não admitidos e recursos rejeitados pelo Pregoeiro deverão ser dirigidas ao Exmo Senhor Prefeito Municipal, através de protocolo na sede da Prefeitura Municipal de Itarana-ES, nos mesmos moldes do subitem 10.3.

10.7 - O acolhimento do recurso implicará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

XI - ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

11.1 - Será lavrada ata circunstanciada da sessão pública do Pregão com o registro das empresas licitantes credenciadas, das propostas de preço escritas e verbais, conforme a ordem



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA
Estado do Espírito Santo

de classificação, da análise dos documentos de habilitação, dos recursos interpostos, além de outros fatos pertinentes.

11.2 - A adjudicação do objeto do Pregão é atribuição do Pregoeiro, exceto quando houver manifestação de recurso, hipótese em que a adjudicação caberá a autoridade superior da Prefeitura Municipal de Itarana/ES.

11.3 - A homologação do Pregão cabe a autoridade superior da Prefeitura Municipal de Itarana/ES.

XII - DO CONTRATO OU NOTA DE EMPENHO

12.1 - Após a homologação da licitação, a Adjudicatária terá o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Contrato ou retirar a Nota de Empenho.

12.1.1 - Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do contrato ou retirar nota de empenho, a administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou por meio eletrônico, para que seja assinado no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, a contar da data de seu recebimento.

12.1.2 - A Administração poderá prorrogar o prazo fixado no item 12.1 deste edital, por igual período, nos termos do art. 64, § 1º, da Lei 8.666/1993, quando solicitado pelo licitante vencedor, durante o seu transcurso, e desde que ocorra motivo justificado, aceito pelo ente promotor do certame.

12.1.3 - Caso a contratada envie o contrato assinado por correspondência postal, à mesma deverá informar **o número do comprovante de Rastreamento de Objetos**, emitido pela empresa prestadora do serviço postal, dentro do prazo previsto no subitem 12.1.1 deste edital.

12.2 - A COMPROVAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL E/OU EMPRESA EQUIPARADA POR LEI, SERÁ FEITA DA SEGUINTE FORMA:

12.2.1 - Licitante optante pelo Sistema Simples Nacional de Tributação:

a) Certidão Simplificada da Junta Comercial do Estado da sede da proponente, do ano vigente, ou com data de emissão dos últimos 60 (sessenta) dias anteriores à data de abertura do Pregão que comprove se tratar de ME/EPP (original ou cópia autenticada) seguindo a previsão do art. 8º da Instrução Normativa nº 103/2007 do Departamento Nacional de Registro do Comércio;

b) Comprovante de opção pelo Simples obtido através do site do Ministério da Fazenda, <<http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/>>; e

c) Declaração, firmada pelo representante legal da empresa, de não haver nenhum dos impedimentos previstos do §4º do Artigo 3º da LC 123/06 (modelo anexo VI).

12.2.2 - Licitante não optante pelo Sistema Simples de Tributação:

a) Certidão Simplificada da Junta Comercial do Estado da sede da proponente, do ano vigente, ou com data de emissão dos últimos 60 (sessenta) dias anteriores à data de abertura do Pregão que comprove se tratar de ME/EPP (original ou cópia autenticada) seguindo a previsão do art. 8º da Instrução Normativa nº 103/2007 do Departamento Nacional de Registro do Comércio;

b) Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício - DRE comprovando ter receita bruta dentro dos limites estabelecidos nos incisos I e II do Artigo 3º da LC 123/06;

c) Cópia da Declaração de Informação Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica - DIPJ e respectivo recibo de entrega, em conformidade com o Balanço e a DRE; e

d) Declaração, firmada pelo representante legal da empresa, de não haver nenhum dos



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA
Estado do Espírito Santo

impedimentos previstos do §4º do Artigo 3º da LC 123/06 (modelo anexo VI).

§1º. Os documentos comprobatórios enumerados no subitem 12.2, deste edital, somente deverão ser apresentados após a convocação para formalização da contratação.

§2º. O licitante que não apresentar os documentos comprobatórios enumerados no subitem 12.2, deste edital, à época da contratação, caducará do direito de contratar e ficará impedido de licitar e de contratar com o Município de Itarana - ES, pelo prazo de até 02 (dois) anos, sem prejuízo das multas fixadas neste edital e das demais cominações legais, incluindo a sanção penal prevista no artigo 93 da Lei Federal nº. 8.666/93, quando for o caso.

§3º. A licitante Microempresas, Empresas de Pequeno Porte, Microempreendedor Individual e/ou Empresas Equiparadas por Lei, optante pelo Simples Nacional que porventura venha a ser contratada deverá atender ao que dispõem os arts. 17, inciso XII, 30, inciso II e §1º e 31, inciso II, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações, comunicando à Receita Federal, sendo o caso, no prazo legal, sua exclusão do Simples Nacional, sob pena de aplicação das sanções contratuais previstas e retenção na fonte de tributos e contribuições sociais, na forma da legislação em vigor.

12.3 - Se a Adjudicatária, no ato da assinatura do Contrato ou da retirada da Nota de Empenho, não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se a assinar o Contrato ou retirar a Nota de Empenho, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada à ordem de classificação, para, depois de feita a negociação, verificada a aceitabilidade da proposta e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais.

12.4 - Depois de concluída a licitação e assinado o pertinente contrato, os envelopes não abertos contendo a documentação das demais licitantes ficarão em posse do Pregoeiro, à disposição das licitantes, pelo período de 10 (dez) dias úteis, após o que serão destruídos.

XIII - DA VIGÊNCIA

13.1 - O início de vigência do contrato dar-se-á a partir do primeiro dia útil subsequente ao da publicação do seu extrato no Diário Oficial dos Municípios do Espírito Santo - DOM/ES - <https://diariomunicipales.org.br/>, encerrando-se em 31 de dezembro de 2020.

XIV - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

14.1 - As informações relativas as dotações orçamentárias para custeio das despesas decorrentes da presente licitação, estão descritas na cláusula sexta, da minuta contratual, anexo IX, deste edital.

XV - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.

15.1 - DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E EXECUÇÃO DE CAPOEIRA

a) A SEMAS encaminhará a CONTRATADA o cronograma de execução junto da Ordem de Serviços, com os dias, local, horários, organização dos grupos por público, quantidades de usuários por grupos e carga horária semanal das oficinas.

b) O cronograma será encaminhado para a CONTRATADA mensalmente e de acordo com as necessidades, reserva-se ao direito de **remanejar os horários, datas, locais e períodos**, caso necessário e de interesse público, sem qualquer ônus.

c) A carga horária total estimada de prestação de serviços é de 440 horas, sendo distribuída de acordo com a demanda apresentada pela SEMAS, na vigência do contrato para até 31 de dezembro de 2020, contados a partir do primeiro dia útil subsequente ao ato da publicação em



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA
Estado do Espírito Santo

Diário Oficial.

d) As oficinas serão organizadas de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMAS. Elas terão uma estruturação em horas-aula, sendo de no mínimo, de uma vez por semana.

e) A quantidade de horas por aula será informado no cronograma de execução, com duração mínima de 02 (duas) horas e de no máximo 05 (cinco) horas por aula.

f) As oficinas serão ministradas no Centro do Município de Itarana, ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, podendo haver a locomoção para as localidades do interior, com transporte a ser fornecido pela SEMAS, da Sede até o local das oficinas.

g) A prestação dos serviços poderá ocorrer de segunda-feira à sexta-feira, nos turnos, matutino, vespertino e/ou noturno, conforme o cronograma elaborado pela Equipe Técnica e Coordenação do Serviço.

h) Público alvo: Participantes do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos contemplando crianças, adolescentes, jovens, adultos, pessoa idosa e pessoa com deficiência.

i) O profissional deverá ser flexível com horários, sejam eles nos turnos, matutino, vespertino e noturno;

j) O profissional deverá ser habilitado para trabalhar com crianças, adolescentes, adultos, pessoas idosas e pessoas com deficiência;

k) A locomoção para a prestação do serviço será de total responsabilidade do Profissional;

l) Em cada prestação realizada (periódica), o responsável pelo setor Competente, emite uma Declaração afirmando que o trabalho foi executado. Logo em seguida é conduzido ao Fiscal do Contrato, que por sua vez encaminha para a Secretaria de Assistência Social, onde é encaminhado ao Setor de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Itarana/ES, ao qual efetua o empenho e posterior pagamento.

m) A demanda de serviço poderá ocorrer de modo eventual, ressalva-se que poderá haver momentos (intervalos) em que não haverá oficinas e na ocorrência disso, acarretará o não recebimento dos momentos não trabalhados.

15.2 - DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E EXECUÇÃO DE PERCUSSÃO E MÚSICA

a) A SEMAS encaminhará a CONTRATADA o cronograma de execução junto da Ordem de Serviços, com os dias, local, horários, organização dos grupos por público, quantidades de usuários por grupos e carga horária semanal das oficinas.

b) O cronograma será encaminhado para a CONTRATADA mensalmente e de acordo com as necessidades, reserva-se ao direito de **remanejar os horários, datas, locais e períodos**, caso necessário e de interesse público, sem qualquer ônus.

c) A carga horária total estimada de prestação de serviços é de 440 horas, sendo distribuída de acordo com a demanda apresentada pelo SEMAS, na vigência do contrato, com duração máxima de até 12 meses.

d) As oficinas serão organizadas de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMAS. Elas terão uma estruturação em horas-aula, sendo de no mínimo de uma vez por semana.

e) A quantidade de horas por aula será informado no cronograma de execução, com duração mínima de 02 (duas) horas e de no máximo 05 (cinco) horas por aula.

f) As oficinas serão ministradas no Centro do Município de Itarana, ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, podendo haver a locomoção para as localidades do interior, com transporte a ser fornecido pela SEMAS, da Sede até o local das oficinas.

g) A prestação dos serviços poderá ocorrer de segunda-feira à sexta-feira, nos turnos, matutino,



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA
Estado do Espírito Santo

vespertino e/ou noturno, conforme o cronograma elaborado pela Equipe Técnica e Coordenação do Serviço.

h) Público alvo: Participantes do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos contemplando crianças, adolescentes, jovens, adultos, pessoa idosa e pessoa com deficiência.

i) O profissional deverá ser flexível com horários, sejam eles nos turnos, matutino, vespertino e noturno;

j) O profissional deverá ser habilitado para trabalhar com crianças, adolescentes, adultos, pessoas idosas e pessoas com deficiência;

k) A locomoção para a prestação do serviço será de total responsabilidade do Profissional;

l) Em cada prestação realizada (periódica), o responsável pelo setor Competente, emite uma Declaração afirmando que o trabalho foi executado. Logo em seguida é conduzido ao Fiscal do Contrato, que por sua vez encaminha para a Secretaria de Assistência Social, onde é encaminhado ao Setor de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Itarana/ES, ao qual efetua o empenho e posterior pagamento.

m) A demanda de serviço poderá ocorrer de modo eventual, ressalva-se que poderá haver momentos (intervalos) em que não haverá oficinas e na ocorrência disso, acarretará o não recebimento dos momentos não trabalhados.

XVI - DOS PREÇOS

16.1 - Os preços serão estabelecidos em conformidade com a proposta do licitante vencedor, observadas as exigências deste edital, devendo estar inclusos todas as espécies de tributos, diretos e indiretos, encargos sociais, seguros, fretes, material, mão-de-obra, instalações e quaisquer despesas inerentes à execução do objeto contratual.

16.2 - Os preços contratados serão fixos e irrevogáveis.

XVII - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

17.1 - Mensalmente ou a cada finalização de período, o responsável pelo setor Competente, emite uma Declaração afirmando que os serviços foram realizados com o quantitativo de horas trabalhadas e o valor a ser calculado conforme o contrato. 17.1.1 - Logo em seguida é entregue ao Fiscal do Contrato, e em caso de aceitabilidade, seja encaminhado ao Contratado para emissão de Nota fiscal.

17.1.2 - No caso de pessoa física, mediante a apresentação de RPA, dos comprovantes de inscrição junto ao INSS e ateste da execução do serviço pelo Secretário Municipal de Assistência Social.

17.2 - Os pagamentos serão efetuados após a execução do serviço, "atestado", pelo servidor competente e mediante o fornecimento à Prefeitura Municipal de Itarana/ES de Nota Fiscal, bem como os documentos de regularidades fiscais e tributárias exigidas para a habilitação no procedimento licitatório. Estes documentos depois de conferidos e visados, serão encaminhados para processamento e pagamento no prazo de 10 (dez) dias úteis após a respectiva apresentação.

17.3 - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o Município de Itarana/ES.

17.4 - A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA
Estado do Espírito Santo

pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

17.5 - A Prefeitura Municipal de Itarana/ES poderá deduzir do pagamento importâncias que a qualquer título lhe forem devidos pela contratada, em decorrência de descumprimento de suas obrigações.

17.6 - Para a efetivação do pagamento a licitante deverá manter as mesmas condições previstas no edital do pregão presencial em epígrafe, no que concerne a proposta de preço e a habilitação.

17.7 - É vedada a antecipação de quaisquer pagamentos sem o cumprimento das condições estabelecidas neste edital.

XVIII - SANÇÕES

18.1 - A empresa/pessoa física adjudicatária deverá observar rigorosamente as condições estabelecidas para o fornecimento do objeto licitado, sujeitando-se às sanções constantes no art. 7º da Lei nº. 10.520/02 e nos arts. 86 e 87 da Lei 8.666/93 e suas alterações.

XIX - DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1 - Ao apresentar proposta, fica subentendido que o licitante conhece todas as condições estabelecidas no presente edital, e seus anexos.

19.2 - A Prefeitura Municipal de Itarana reserva-se no direito de efetuar diligências com a finalidade de verificação da autenticidade e veracidade dos documentos e das informações apresentadas nas propostas.

19.3 - A licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados.

19.4 - O Pregoeiro solicitará, em qualquer época ou oportunidade, informações complementares, se julgar necessário.

19.5 - Poderão ser convidados a colaborar com o Pregoeiro, assessorando-o, quando necessário, profissionais de reconhecida competência técnica não vinculada direta ou indiretamente a qualquer dos licitantes, bem como qualquer outro servidor desta Prefeitura.

19.6 - **Este Edital será regido pelas regras e princípios publicistas, pela Lei nº 10.520/02 e pela Lei nº 8.666/93 com suas alterações, independente da transcrição das normas vigentes.**

19.7 - O pregoeiro resolverá os casos omissos com base no ordenamento jurídico vigente.

19.8 - Informações complementares inerentes a este pregão poderão ser obtidas pelos interessados pelos telefones (27) 3720-4916 ou 3720-4900 em dias úteis no horário das 08h às 11h e das 12h30min às 16h30min, ou pelo e-mail: licitacao@itarana.es.gov.br.

19.9 - O pregoeiro pode a qualquer tempo negociar o preço com o licitante vencedor a fim de almejar proposta mais vantajosa para a Administração.

19.10 - Fazem parte do presente Edital integrando-o de forma plena, independentemente de transcrição, os seguintes anexos:

19.10.1 - Anexo I - Especificação do Objeto e Modelo de Proposta de Preço;

19.10.2 - Anexo II - Modelo de Credenciamento;

19.10.3 - Anexo III - Modelo de Declaração de Habilitação Prévia;

19.10.4 - Anexo IV - Modelo de Declaração de Atendimento ao Inciso XXXIII do Art. 7º da C.F.;

19.10.5 - Anexo V - Modelo de Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação;

19.10.6 - Anexo VI - Modelo de Declaração de ME, EPP, MEI e/ou Equiparada;

19.10.7 - Anexo VII - Modelo de Declaração de Rendimentos;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA
Estado do Espírito Santo

- 19.10.8 - Anexo VIII - Modelo de Declaração de Residência;
- 19.10.9 - Anexo IX - Minuta do Contrato;
- 19.10.10 - Anexo X - Preço Médio.

Itarana/ES, 17 de dezembro de 2019

MARCELO RIGO MAGNAGO
Pregoeiro Oficial

Equipe de Apoio

Juliana Bucher Netto de Aguiar
Zênia Lorena Rizzi



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA
Estado do Espírito Santo

ANEXO I - ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO E MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO

PROPOSTA COMERCIAL

Pregão Presencial Nº 000046/2019

Proponente:

CPF / CNPJ:

Endereço:

Contato:

E-mail:

Validade da Proposta: _____ (_____) dias.

LOTE 00001 - Lote 00001							
Ítems(*)	Código	Especificação		UNID.	Quantidade	Unitário	Valor Total
00001	00001848	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA OFICINA DE PERCUSSÃO E MÚSICA PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA . O PROFISSIONAL DEVERÁ: • TER DOMÍNIOS MUSICAIS DE PERCUSSÃO PARA MINISTRAR OFICINAS COM INSTRUMENTOS E ACESSÓRIOS DISPONIBILIZADOS PELA SEMAS: SURDÃO, SURDO, BACURINHA, TAROL, TAMBORIM, CAIXAS, PANDEIROS, TALABARTES, BAQUETAS, TRIÂNGULO E REPENIQUE E OUTROS. • ORGANIZAR ENSAIOS DE MÚSICA E CANTO COM OS PÚBLICOS ATENDIDOS, PARA APRESENTAÇÕES VOLTADAS A COMUNIDADE/EVENTOS. • APRESENTAR PLANEJAMENTO DAS ATIVIDADES QUE SERÃO REALIZADAS DURANTE A VIGÊNCIA DO CONTRATO, ASSIM COMO RELATÓRIO/COMPROVANTE DAS ATIVIDADES REALIZADAS. • REALIZAR PLANEJAMENTO COM A EQUIPE DO SCFV. • DESENVOLVER AS OFICINAS COM ABORDAGEM NA ORIGEM E EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA MÚSICA, BEM COMO SEU SIGNIFICADO CULTURAL E FILOSÓFICO; ELEMENTOS TÉCNICOS E TÁTICOS BÁSICOS DA MÚSICA; PRINCÍPIOS ÉTICOS, TAIS COMO: RESPEITO, DISCIPLINA, AUTONOMIA, SOLIDARIEDADE, AMIZADE, COOPERAÇÃO, HONESTIDADE E JUSTIÇA. • CONHECER E REALIZAR OS PROCEDIMENTOS PREPARATÓRIOS PARA A PRÁTICA DA APRENDIZAGEM DA PERCUSSÃO E MÚSICA		HORAS	440		
1 Ítems				Valor Total do Lote		R\$	



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA
Estado do Espírito Santo

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA

LOTE 00002 - Lote 00002							
Ítems(*)	Código	Especificação		UNID.	Quantidade	Unitário	Valor Total
00002	00001847	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA OFICINA DE CAPOEIRA PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA . O PROFISSIONAL DEVERÁ: • ORGANIZAR ENSAIOS COM OS PÚBLICOS ATENDIDOS, PARA APRESENTAÇÕES VOLTADAS A COMUNIDADE/EVENTOS. • APRESENTAR PLANEJAMENTO DAS ATIVIDADES QUE SERÃO REALIZADAS DURANTE A VIGÊNCIA DO CONTRATO, ASSIM COMO RELATÓRIO/COMPROVANTE DAS ATIVIDADES REALIZADAS. • REALIZAR PLANEJAMENTO COM A EQUIPE DO SCFV. • DESENVOLVER AS OFICINAS COM ABORDAGEM NA ORIGEM E EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA CAPOEIRA, BEM COMO SEU SIGNIFICADO CULTURAL E FILOSÓFICO; ELEMENTOS TÉCNICOS E TÁTICOS BÁSICOS DA CAPOEIRA; PRINCÍPIOS ÉTICOS, TAIS COMO: RESPEITO, DISCIPLINA, AUTONOMIA, SOLIDARIEDADE, AMIZADE, COOPERAÇÃO, HONESTIDADE E JUSTIÇA. • CONHECER E REALIZAR EXERCÍCIOS PREPARATÓRIOS PARA A PRÁTICA DA CAPOEIRA.		HORAS	440		
1 Itens		Valor Total do Lote				R\$	
Valor Total da Proposta						R\$	

Valor Total da Proposta por Extenso:

Local e Data

Nome do representante legal da empresa

Empresa: _____

CNPJ nº. _____



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA
Estado do Espírito Santo

ANEXO II - MODELO DE CREDENCIAMENTO

(utilizar, se possível, papel timbrado da empresa licitante)

A
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA/ES
PREGÃO PRESENCIAL Nº 046/2019

CREDENCIAMENTO

Através deste termo de credenciamento, **Eu, (nome e CPF)**, constitui como representante legal o Sr.(a) _____, portador(a) do documento de identidade nº _____ e inscrito(a) no CPF sob o nº _____, para participar da licitação acima referenciada, outorgando plenos poderes para pronunciar em meu nome, formular proposta comercial, assinar documentos, requerer vista de documentos e propostas, interpor recurso e praticar todos os atos inerentes ao certame.

Local e Data.

Nome e assinatura

CPF nº. _____

(COM FIRMA RECONHECIDA EM CARTÓRIO)



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA
Estado do Espírito Santo

ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO PRÉVIA

(utilizar, se possível, papel timbrado da empresa licitante)

A
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA/ES
PREGÃO PRESENCIAL Nº 046/2019

EU, (Nome Completo), portador(a) da Carteira de Identidade nº.....e do CPF (MF) nº, **DECLARA**, sob as penas da lei, principalmente a disposta no art. 7º da Lei nº 10.520/02, que satisfaz plenamente todas as exigências habilitatórias previstas no certame epigrafado, em obediência ao disposto no art. 4º, VII da Lei nº 10.520/02.

Local e Data

Nome

CPF nº._____



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA
Estado do Espírito Santo

ANEXO IV - MODELO DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA C.F.
(utilizar, se possível, papel timbrado da empresa licitante)

A
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA/ES
PREGÃO PRESENCIAL Nº 046/2019

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA C.F.

EU, (Nome Completo), portador(a) da Carteira de Identidade nº.....e do CPF (MF) nº, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

Local e Data.

Nome

CPF nº. _____



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA
Estado do Espírito Santo

ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO
(utilizar, se possível, papel timbrado da empresa licitante)

A
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA/ES
PREGÃO PRESENCIAL Nº 046/2019

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO

EU, (Nome Completo), portador(a) da Carteira de Identidade nº.....e do CPF (MF) nº, DECLARA sob as penas da lei, para participar no certame regido pelo Edital do PREGÃO PRESENCIAL em epígrafe, o seguinte:

- a) NÃO existe fato superveniente impeditivo à sua habilitação na licitação em referência, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- b) Recebi os documentos e todas as informações das condições deste PREGÃO PRESENCIAL em epígrafe, tomando pleno conhecimento de seus passos para o cumprimento das obrigações do objeto da licitação;
- c) Aceita incondicionalmente todas as condições desta licitação, do edital e seus anexos, e que não reclamará das decisões que forem tomadas segundo o disposto neste instrumento, resguardado o direito de recurso contra as decisões que contrariem as determinações desta Licitação ou da Legislação em vigor.

Local e Data.

Nome
CPF nº._____



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA
Estado do Espírito Santo

ANEXO VI - DECLARAÇÃO DE ME, MEI, EPP e EQUIPARADAS

(utilizar, se possível, papel timbrado da empresa licitante)

A
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA/ES
PREGÃO PRESENCIAL Nº 046/2019

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal Sr.(a) _____, portador(a) do documento de identidade nº _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____, **DECLARA** sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

MICROEMPRESA - ME, conforme inciso I do art. 3.º da Lei Complementar nº 1232006.

EMPRESA DE PEQUENO PORTE - EPP, conforme inciso II do art. 3.º da Lei Complementar nº 1232006.

MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL - MEI, conforme § 1º do art. 18-A da Lei Complementar nº 1232006.

EQUIPARADA, (Especificar a Lei de equiparada e em qual regime está enquadrada perante a Lei Complementar nº 123/2006)

DECLARA ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do § 4º do art. 3.º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

OBSERVAÇÃO: Caso possua restrição fiscal assinalar a ressalva abaixo

Declaramos possuir restrição fiscal no(s) documento(s) de habilitação e pretendemos utilizar o prazo previsto no art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/2006 para a regularização, estando ciente que, do contrário, haverá decadência do direito à contratação, como também sujeição às sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/1993.

Local e Data

Nome do representante legal da empresa

Empresa: _____

CNPJ nº. _____



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA
Estado do Espírito Santo

ANEXO VII - MODELO DE DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS

AO
PREGOEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA/ES.
PREGÃO PRESENCIAL Nº 046/2019

DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS

Eu, _____,
Portador da CI nº _____, CPF nº _____,
residente à rua _____,
bairro _____, Município _____,
Estado _____, declaro para os devidos fins que não possuo
comprovante de rendimentos ou outro documento que comprove minha renda mensal e atividade, e,
ainda, declaro que minha ocupação atual é _____, recebendo uma
renda mensal de R\$ _____.

Declaro ainda estar ciente de que, se comprovada, a qualquer tempo, fraude ou falsidade, em prova
ou declaração, estarei sujeito a sanções cíveis, criminais e/ou administrativas, conforme dispõe o
artigo 2º da Lei 7.115, de 29 de agosto de 1983, estando ciente das penalidades previstas no Código
Penal Brasileiro, artigos 171 e 229.

Assim sendo, por ser o aqui exposto a mais pura expressão da verdade, assino esta DECLARAÇÃO
para que produza efeitos legais.

Local e Data.

Nome
CPF



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA
Estado do Espírito Santo

ANEXO VIII - MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

AO
PREGOEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA/ES.
PREGÃO PRESENCIAL Nº 046/2019

DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

EU, (NOME COMPLETO), PORTADOR(A) DA CARTEIRA DE IDENTIDADE Nº.....E DO CPF (MF) Nº, **DECLARO**, SOB AS PENAS DA LEI CIVIL E PENAL, QUE TENHO RESIDÊNCIA E DOMICÍLIO SITUADO NA RUA _____, Nº__, BAIRRO, CEP, NO MUNICÍPIO DE _____, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.

Por ser expressão da verdade, firmo o presente

Local e Data.

Nome:
CPF nº._____

Testemunha

Testemunha

1. _____
NOME:
RG nº:
CPF nº:

2. _____
NOME:
RG nº:
CPF nº:



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA
Estado do Espírito Santo

ANEXO IX - MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº _____/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 046/2019

Processo nº 004510/2019 de 08 de outubro de 2019

Origem: Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMAS

O MUNICÍPIO DE ITARANA/ES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Elias Estevão Colnago, nº 65, Itarana/ES, CEP 29.620-000, inscrito no CNPJ sob o nº 27.104.363/0001-23, neste ato representado por seu Exmo. Prefeito Municipal, senhor **Ademar Schneider**, brasileiro, casado, residente na Fazenda Alto Santa Joana, s/nº, Santa Joana, Itarana/ES, portador do CPF nº 881.042.907-97 e CI nº 757.196/ES, doravante denominados **CONTRATANTE** e, de outro lado, a empresa _____, CNPJ Nº _____, estabelecida na _____, neste ato representada por _____, CPF nº __ e CI nº ____ doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem firmar o presente contrato conforme Processos e Pregão supra referidos, tudo de acordo com a Lei nº 10.520/2002, subsidiariamente a Lei nº 8.666/1993, que se regerá mediante as Cláusulas e condições que subseguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto do presente instrumento a Prestação de Serviços de Oficinas de (_____) em atendimento a Secretaria Municipal de Assistência Social, de acordo com as especificações e quantitativos constantes no Anexo I deste CONTRATO.

CLÁUSULA SEGUNDA - VINCULAÇÃO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO

2.1 - O presente contrato subordina-se às legislações supracitadas, bem como a todos os atos constantes do processo administrativo já referenciado, inclusive a Proposta de Preços formulada pela própria contratada que passam a fazer parte integrante deste contrato como se transcrito estivesse para todos os fins de direito.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO

3.1 - O valor global do presente contrato é estimado em R\$ _____ (_____), de acordo com a proposta vencedora, ora Contratada.

3.2 - No preço contratado estão inclusos todos os custos diretos e indiretos inerentes ao fornecimento dos materiais tais como, despesas administrativas, salários, contribuições sociais, embalagens, transportes, cargas, descargas, seguros, impostos, bem como quaisquer outros tributos de natureza fiscal, parafiscal, nacional ou internacional, observadas com as condições estabelecidas neste CONTRATO.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

4.1 - O início de vigência da presente contratação dar-se-á a partir do primeiro dia útil subsequente ao da publicação do seu extrato no Diário Oficial dos Municípios do Espírito Santo - DOM/ES - <https://diariomunicipales.org.br/>, encerrando-se em 31 de dezembro de 2020.

CLÁUSULA QUINTA - DO CRONOGRAMA FÍSICO E FINANCEIRO

5.1 - Mensalmente ou a cada finalização de período, o responsável pelo setor Competente, emite



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA
Estado do Espírito Santo

- uma Declaração afirmando que os serviços foram realizados com o quantitativo de horas trabalhadas e o valor a ser calculado conforme o contrato. 5.1.1 - Logo em seguida é entregue ao Fiscal do Contrato, e em caso de aceitabilidade, seja encaminhado ao Contratado para emissão de Nota fiscal. 5.1.2 - No caso de pessoa física, mediante a apresentação de RPA, dos comprovantes de inscrição junto ao INSS e ateste da execução do serviço pelo Secretário Municipal de Assistência Social.
- 5.2 - Os pagamentos serão efetuados após a execução do serviço, "atestado", pelo servidor competente e mediante o fornecimento à Prefeitura Municipal de Itarana/ES de Nota Fiscal, bem como os documentos de regularidades fiscais e tributárias exigidas para a habilitação no procedimento licitatório. Estes documentos depois de conferidos e visados, serão encaminhados para processamento e pagamento no prazo de 10 (dez) dias úteis após a respectiva apresentação.
- 5.3 - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o Município de Itarana/ES.
- 5.4 - A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.
- 5.5 - A Prefeitura Municipal de Itarana/ES poderá deduzir do pagamento importâncias que a qualquer título lhe forem devidos pela contratada, em decorrência de descumprimento de suas obrigações.
- 5.6 - Para a efetivação do pagamento a licitante deverá manter as mesmas condições previstas no edital do pregão presencial em epígrafe, no que concerne a proposta de preço e a habilitação.
- 5.7 - É vedada a antecipação de quaisquer pagamentos sem o cumprimento das condições estabelecidas neste edital.

CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

- 6.1 - As despesas decorrentes da presente contratação correrá (ão) pela (s) seguinte (s) dotação (ões) orçamentária (s):
a) 070001.0824300092.040 - 33903600000 / 33903900000 - Fichas: 0162 / 0163.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.

15.1 - DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E EXECUÇÃO DE CAPOEIRA

- a) A SEMAS encaminhará a CONTRATADA o cronograma de execução junto da Ordem de Serviços, com os dias, local, horários, organização dos grupos por público, quantidades de usuários por grupos e carga horária semanal das oficinas.
- b) O cronograma será encaminhado para a CONTRATADA mensalmente e de acordo com as necessidades, reserva-se ao direito de **remanejar os horários, datas, locais e períodos**, caso necessário e de interesse público, sem qualquer ônus.
- c) A carga horária total estimada de prestação de serviços é de 440 horas, sendo distribuída de acordo com a demanda apresentada pela SEMAS, na vigência do contrato para até 31 de dezembro de 2020, contados a partir do primeiro dia útil subsequente ao ato da publicação em Diário Oficial.
- d) As oficinas serão organizadas de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal de



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA
Estado do Espírito Santo

Assistência Social - SEMAS. Elas terão uma estruturação em horas-aula, sendo de no mínimo, de uma vez por semana.

e) A quantidade de horas por aula será informado no cronograma de execução, com duração mínima de 02 (duas) horas e de no máximo 05 (cinco) horas por aula.

f) As oficinas serão ministradas no Centro do Município de Itarana, ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, podendo haver a locomoção para as localidades do interior, com transporte a ser fornecido pela SEMAS, da Sede até o local das oficinas.

g) A prestação dos serviços poderá ocorrer de segunda-feira à sexta-feira, nos turnos, matutino, vespertino e/ou noturno, conforme o cronograma elaborado pela Equipe Técnica e Coordenação do Serviço.

h) Público alvo: Participantes do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos contemplando crianças, adolescentes, jovens, adultos, pessoa idosa e pessoa com deficiência.

i) O profissional deverá ser flexível com horários, sejam eles nos turnos, matutino, vespertino e noturno;

j) O profissional deverá ser habilitado para trabalhar com crianças, adolescentes, adultos, pessoas idosas e pessoas com deficiência;

k) A locomoção para a prestação do serviço será de total responsabilidade do Profissional;

l) Em cada prestação realizada (periódica), o responsável pelo setor Competente, emite uma Declaração afirmando que o trabalho foi executado. Logo em seguida é conduzido ao Fiscal do Contrato, que por sua vez encaminha para a Secretaria de Assistência Social, onde é encaminhado ao Setor de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Itarana/ES, ao qual efetua o empenho e posterior pagamento.

m) A demanda de serviço poderá ocorrer de modo eventual, ressalva-se que poderá haver momentos (intervalos) em que não haverá oficinas e na ocorrência disso, acarretará o não recebimento dos momentos não trabalhados.

15.2 - DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E EXECUÇÃO DE PERCUSSÃO E MÚSICA

a) A SEMAS encaminhará a CONTRATADA o cronograma de execução junto da Ordem de Serviços, com os dias, local, horários, organização dos grupos por público, quantidades de usuários por grupos e carga horária semanal das oficinas.

b) O cronograma será encaminhado para a CONTRATADA mensalmente e de acordo com as necessidades, reserva-se ao direito de **remanejar os horários, datas, locais e períodos**, caso necessário e de interesse público, sem qualquer ônus.

c) A carga horária total estimada de prestação de serviços é de 440 horas, sendo distribuída de acordo com a demanda apresentada pelo SEMAS, na vigência do contrato, com duração máxima de até 12 meses.

d) As oficinas serão organizadas de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMAS. Elas terão uma estruturação em horas-aula, sendo de no mínimo de uma vez por semana.

e) A quantidade de horas por aula será informado no cronograma de execução, com duração mínima de 02 (duas) horas e de no máximo 05 (cinco) horas por aula.

f) As oficinas serão ministradas no Centro do Município de Itarana, ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, podendo haver a locomoção para as localidades do interior, com transporte a ser fornecido pela SEMAS, da Sede até o local das oficinas.

g) A prestação dos serviços poderá ocorrer de segunda-feira à sexta-feira, nos turnos, matutino, vespertino e/ou noturno, conforme o cronograma elaborado pela Equipe Técnica e Coordenação



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA
Estado do Espírito Santo

do Serviço.

h) Público alvo: Participantes do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos contemplando crianças, adolescentes, jovens, adultos, pessoa idosa e pessoa com deficiência.

i) O profissional deverá ser flexível com horários, sejam eles nos turnos, matutino, vespertino e noturno;

j) O profissional deverá ser habilitado para trabalhar com crianças, adolescentes, adultos, pessoas idosas e pessoas com deficiência;

k) A locomoção para a prestação do serviço será de total responsabilidade do Profissional;

l) Em cada prestação realizada (periódica), o responsável pelo setor Competente, emite uma Declaração afirmando que o trabalho foi executado. Logo em seguida é conduzido ao Fiscal do Contrato, que por sua vez encaminha para a Secretaria de Assistência Social, onde é encaminhado ao Setor de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Itarana/ES, ao qual efetua o empenho e posterior pagamento.

m) A demanda de serviço poderá ocorrer de modo eventual, ressalva-se que poderá haver momentos (intervalos) em que não haverá oficinas e na ocorrência disso, acarretará o não recebimento dos momentos não trabalhados.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

8.1 - A CONTRATANTE obrigar-se-á a:

a) Oferecer todas as informações necessárias para que a contratada possa prestar os serviços dentro das especificações técnicas recomendadas;

b) Notificar a contratada qualquer irregularidade encontrada na execução de qualquer cláusula do contrato;

c) Efetuar o pagamento, mensalmente, correspondentes aos serviços prestados de acordo com a carga horária trabalhada, no prazo máximo de até 10 dias do recebimento da declaração e relatório do Fiscal do Contrato;

d) Comunicar a contratada, através do executor designado, qualquer problema que ocorrer durante a execução dos serviços.

8.2 - A CONTRATADA obrigar-se-á a:

a) Executar os serviços em conformidade com o contrato;

b) O serviço dar-se-á na forma especificada, não gerando obrigatoriedade de pagamento pelo Município, para aqueles serviços contratados cuja execução não tenha sido requerida e/ou executada;

c) Dar ciência ao contratante, imediatamente por escrito, de qualquer anormalidade que verificar na execução do contrato, mesmo que estes não sejam de sua competência;

d) Arcar com as despesas decorrentes da execução dos serviços requeridos pelo contrato;

e) Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo contratante, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente;

f) Responder por todo e qualquer dano que causar ao contratante ou a terceiros, ainda que culposo praticado por seus prepostos, empregado ou mandatários não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo contratante;

g) Responder perante o contratante por qualquer tipo de autuação ou ação que venha sofrer em decorrência da execução do objeto, assegurando ao contratante o exercício do direito de regresso, eximindo o contratante de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

h) Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizeram



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA
Estado do Espírito Santo

necessárias até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato;

- i) Ter pontualidade e controle na execução do serviço;
- j) Manter entendimento com a Coordenação do Setor, objetivando evitar interrupções ou paralisações durante a execução do Contrato;
- k) O Contratado, caso não possa ministrar a oficina na data e horário previsto, deverá informar com 03 (três) dias de antecedência ao Coordenador do Setor e apresentar o substituto. Todas as substituições deverão ser previamente autorizadas pelo fiscal do contrato.
- l) A Contratada será responsável pelas despesas com transporte até o local de trabalho (Centro de Itarana/ES), alimentação e hospedagem, caso seja necessário, durante a vigência do contrato.

CLÁUSULA NONA - DAS SANÇÕES

9.1 - No caso de atraso injustificado ou inexecução total ou parcial do compromisso assumido com a Prefeitura Municipal de Itarana/ES, doravante denominado CONTRATANTE, poderão ser aplicadas as seguintes sanções administrativas à CONTRATADA:

- a) Advertência, nos casos de pequenos descumprimentos, que não gerem prejuízo para a Prefeitura Municipal de Itarana\ES;
- b) multa de 0,33% (trinta e três décimos por cento) por dia de atraso;
- c) multa de 10% (dez por cento) pelo descumprimento do Contrato;
- d) suspensão para contratar com a Administração Municipal;
- e) declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública.

§ 1º - Antes da aplicação de qualquer das sanções, a CONTRATADA será advertida devendo apresentar defesa em 05(cinco) dias úteis.

a) A CONTRATADA, durante a execução do Contrato, somente poderá receber 03 (três) advertências, quando, então, será declarado o descumprimento do Contrato, com a aplicação das sanções cabíveis. A Administração, porém, poderá considerar rescindido o Contrato mesmo que só tenha ocorrido uma advertência.

b) A advertência, quando seguida de justificativa aceita pela Administração, não será computada para o fim previsto na letra "a" deste parágrafo.

c) A advertência, quando não seguida de justificativa aceita pela Administração, dará ensejo à aplicação das sanções das letras "b" e "e" do caput.

§ 2º - As multas previstas nas letras "b" e "c" do subitem 9.1 poderão ser aplicadas em conjunto e poderão ser acumuladas com uma das sanções previstas nas letras "d" e "e", do caput (subitem 9.1).

a) A multa moratória será calculada do momento em que ocorrer o fato gerador e não da advertência, estando limitada a 10% (dez por cento), quando deverá ser rescindido o Contrato e aplicada, também, a multa cominatória de 10% (dez por cento). Poderá a Administração, entretanto, antes de atingido o pré-falado limite, rescindir o Contrato em razão do atraso.

§ 3º - As multas serão calculadas pelo valor total do Contrato, devidamente atualizadas nos termos das cláusulas do ajuste.

§ 4º - Se o descumprimento do Contrato gerar consequências graves, a Administração, poderá, além de rescindir o Contrato, aplicar uma das sanções previstas na letra "d" ou "e" do caput desta cláusula.

§ 5º - Se os danos restringirem-se à Administração, será aplicada a sanção de suspensão pelo prazo de, no máximo, 02 (dois) anos.

§ 6º - Se puderem atingir a Administração Municipal como um todo, será aplicada a sanção de



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA
Estado do Espírito Santo

Declaração de Inidoneidade.

§ 7º - A dosagem da sanção e a dimensão do dano serão identificadas pela Secretaria solicitante.

§ 8º - Quando declarada a Inidoneidade da CONTRATADA, o Secretário submeterá sua decisão à Procuradoria Municipal a fim de que, se confirmada, tenha efeito perante a Administração Pública Municipal.

§ 9º - Não confirmada a Declaração de Inidoneidade, será esta considerada como suspensão para contratar com a Administração pelo prazo máximo de lei.

§ 10º - Poderão ser declarados inidôneos ou receberem a sanção de suspensão, acima tratadas, as empresas ou profissionais que, em razão dos contratos regidos pela Lei nº 8.666/93:

- a) Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) Tenham praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação;
- c) Demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtudes de atos já praticados.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

10.1 - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as conseqüências contratuais e as previstas em lei, bem como a aplicação das multas e sanções previstas neste instrumento.

10.2 - Constituem motivo para rescisão do contrato:

- I - O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações ou prazos;
- II - O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações ou prazos;
- III - A lentidão do seu cumprimento, levando a administração a comprovar a impossibilidade, da conclusão do fornecimento, nos prazos estipulados;
- IV - O atraso injustificado no fornecimento do objeto licitado;
- V - A paralisação do fornecimento do objeto licitado, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
- VI - A subcontratação total do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação;
- VII - O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- VIII - O cometimento reiterado de faltas na sua execução do contrato, anotadas na forma do § 1º do art. 67 da Lei nº 8.666/1993;
- IX - A decretação de falência, ou a instauração de insolvência civil;
- X - A dissolução da sociedade;
- XI - A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que, a juízo da CONTRATANTE, prejudique a execução do contrato;
- XII - Razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;
- XIII - A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;
- XIV - O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes dos fornecimentos já prestados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA
Estado do Espírito Santo

suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação; e
XV - A supressão, por parte da Administração, dos fornecimentos, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/1993.

10.2.1. A decisão da autoridade competente, relativa à rescisão do contrato, deverá ser precedida de justificativa fundada assegurada o contraditório e a ampla defesa.

10.3. - A rescisão do contrato poderá ser:

I - determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I à XIII do subitem 10.2;

II - amigável, por acordo entre as partes e reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a administração.

III - judicial, nos termos da legislação.

10.3.1 - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de parecer da Procuradoria e decidida pelo Prefeito Municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

11.1 - A execução deste Contrato será acompanhada pelo (s) Responsável (is) Solicitante (s), nos termos do Art. 67 da Lei nº 8.666/93, bem como da Instrução Normativa SCL Nº 006/2015, de 27/03/2015, dando também cumprimento as normas estabelecidas nos Artigos 62 e 63 da Lei nº 4.320/64.

11.2 - O Gestor do Contrato será o responsável solicitante pela contratação, com atribuições e deveres estabelecidos no artigo 6º (sexto), da Instrução Normativa SCL Nº 006/2015, de 27 de março de 2015.

11.3 - O Fiscal do contrato será nomeado através de portaria, após assinatura e empenho do contrato, conforme indicação feita no termo de referência pelo solicitante, de acordo com o inciso IV, artigo 6º (sexto), da Instrução Normativa SCL Nº 006/2015, de 27 de março de 2015.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO REAJUSTAMENTO E DOS ADITAMENTOS

12.1 - Os preços são fixos e irremovíveis.

12.2 - A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até o limite de 25 % (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, Mediante Processo, devidamente instruído, conforme parágrafo 1º, do art. 65, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

13.1 - Aplica-se a execução deste termo contratual, em especial aos casos omissos, a Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO

14.1 - O presente Contrato será publicado, dando-se cumprimento ao disposto no artigo 61, parágrafo único da Lei nº 8.666/93, na forma estipulada no art. 111 da Lei Orgânica Municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1. - Fica eleito o foro da cidade de Itarana/ES, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato e que não possam ser resolvidas por meios administrativos, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

15.2 - Estando contratados assinam o presente instrumento acompanhado das testemunhas



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA
Estado do Espírito Santo

abaixo para que surta seus legais efeitos.

Itarana/ES, ___ de _____ de 2019.

CONTRATANTE: _____

MUNICÍPIO DE ITARANA/ES

Sr. Ademar Schneider

Prefeito Municipal

CONTRATADA: _____

EMPRESA VENCEDORA

Sr. XXXXXXXXX

Testemunhas: _____

ANEXO X - PREÇO MÉDIO

LOTE: 00001 - Lote 00001						
Ítems(*)	Código	Especificação	UNID.	Quantidade	Unitário	Valor Total
00001	00001848	<p>PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA OFICINA DE PERCUSSÃO E MÚSICA PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA .</p> <p>O PROFISSIONAL DEVERÁ:</p> <ul style="list-style-type: none"> • TER DOMÍNIOS MUSICAIS DE PERCUSSÃO PARA MINISTRAR OFICINAS COM INSTRUMENTOS E ACESSÓRIOS DISPONIBILIZADOS PELA SEMAS: SURDÃO, SURDO, BACURINHA, TAROL, TAMBORIM, CAIXAS, PANDEIROS, TALABARTES, BAQUETAS, TRIÂNGULO E REPENIQUE E OUTROS. • ORGANIZAR ENSAIOS DE MÚSICA E CANTO COM OS PÚBLICOS ATENDIDOS, PARA APRESENTAÇÕES VOLTADAS A COMUNIDADE/EVENTOS. • APRESENTAR PLANEJAMENTO DAS ATIVIDADES QUE SERÃO REALIZADAS DURANTE A VIGÊNCIA DO CONTRATO, ASSIM COMO RELATÓRIO/COMPROVANTE DAS ATIVIDADES REALIZADAS. • REALIZAR PLANEJAMENTO COM A EQUIPE DO SCFV. • DESENVOLVER AS OFICINAS COM ABORDAGEM NA ORIGEM E EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA MÚSICA, BEM COMO SEU SIGNIFICADO CULTURAL E FILOSÓFICO; ELEMENTOS TÉCNICOS E TÁTICOS BÁSICOS DA MÚSICA; PRINCÍPIOS ÉTICOS, TAIS COMO: RESPEITO, DISCIPLINA, AUTONOMIA, SOLIDARIEDADE, AMIZADE, COOPERAÇÃO, HONESTIDADE E JUSTIÇA. • CONHECER E REALIZAR OS PROCEDIMENTOS PREPARATÓRIOS PARA A PRÁTICA DA APRENDIZAGEM DA PERCUSSÃO E MÚSICA 	HORA S	440	52,33	23025,20
1 Itens		Valor Total Estimado do Lote				R\$ 23025,20
LOTE: 00002 - Lote 00002						
Ítems(*)	Código	Especificação	UNID.	Quantidade	Unitário	Valor Total
00002	00001847	<p>PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA OFICINA DE CAPOEIRA PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA .</p> <p>O PROFISSIONAL DEVERÁ:</p> <ul style="list-style-type: none"> • ORGANIZAR ENSAIOS COM OS PÚBLICOS ATENDIDOS, PARA APRESENTAÇÕES VOLTADAS A COMUNIDADE/EVENTOS. • APRESENTAR PLANEJAMENTO DAS ATIVIDADES QUE SERÃO REALIZADAS DURANTE A VIGÊNCIA DO CONTRATO, ASSIM COMO RELATÓRIO/COMPROVANTE DAS ATIVIDADES REALIZADAS. • REALIZAR PLANEJAMENTO COM A EQUIPE DO SCFV. • DESENVOLVER AS OFICINAS COM ABORDAGEM NA ORIGEM E EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA CAPOEIRA, BEM COMO SEU SIGNIFICADO CULTURAL E FILOSÓFICO; ELEMENTOS TÉCNICOS E TÁTICOS BÁSICOS DA CAPOEIRA; PRINCÍPIOS ÉTICOS, TAIS COMO: RESPEITO, DISCIPLINA, AUTONOMIA, SOLIDARIEDADE, AMIZADE, COOPERAÇÃO, HONESTIDADE E JUSTIÇA. • CONHECER E REALIZAR EXERCÍCIOS PREPARATÓRIOS PARA A PRÁTICA DA CAPOEIRA. 	HORA S	440	49,03	21573,20
1 Itens		Valor Total Estimado do Lote				R\$ 21573,20
Valor Global Estimado - Total Geral					R\$ 44598,40	